

Mudança Externa

Negociar como convém ao País

Mudança no estilo da renegociação da dívida externa é compreensível, estando um novo titular à frente do Ministério da Economia. Mas seria um grave erro se, por conhecidas pressões externas, o Brasil vier a alterar a essência da negociação que vem conduzindo com os credores e cuja primeira fase englobou os juros em atraso. Há motivos para confiar em que o País não corre esse risco, uma vez que os entendimentos com os bancos internacionais continuam balizados pelo preceito, enunciado de forma cristalina pelo presidente Collor, de que o Brasil não firmará nenhum acordo que não possa cumprir, ou seja, não reeditará a farsa da década de 80.

De acordo com essa linha e conhecendo o pensamento do ministro Marcílio Marques Moreira, que já afirmou que o País pagará o que puder, sem sacrificar as reservas cambiais, julgamos que não há sentido em adoção de "novos conceitos" com relação ao endividamento externo. E, de fato, a indicação do diretor do Brasil junto ao BID, Pedro Malan, para substituir o embaixador Jório Dauster como o negociador oficial da dívida externa,

pode ser tida como uma confirmação de que o País não abandonará os princípios pelos quais se tem orientado até agora. Economista e professor universitário de reconhecida capacidade, a que alia uma larga experiência internacional, Malan tem tudo para levar adiante, em sintonia com o ministro da Economia, negociações que resultem em proveito do desenvolvimento nacional.

É apenas um dever de justiça destacar os relevantes serviços que nessa área prestou o embaixador Jório Dauster, consumado diplomata, a quem coube articular, com admirável senso de oportunidade, a primeira etapa das conversações com os credores. Estão no exercício de suas prerrogativas os parlamentares que têm procurado obstruir a aprovação do acordo concluído por Dauster, na gestão da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello. Isso faz parte do jogo democrático, mas que ninguém se engane: o que o Brasil conseguiu quanto

aos juros em atraso, concordando em pagar US\$ 2 bilhões até o fim do ano, e podendo transformar o saldo, no valor aproximado de US\$ 6 bilhões, em bônus a prazo de dez anos, nenhum outro país devedor obteve.

Supor, portanto, que o Brasil vá ajustar-se a um "modelo mexicano", nos complexos e trabalhosos entendimentos com os bancos e as instituições financeiras internacionais de ora em diante, equivale a subestimar a competência da nova equipe econômica. O México, é certo, de acordo com o Plano Brady, conseguiu uma redução de 20% do estoque de sua dívida, vem recebendo investimentos estrangeiros em bom volume (US\$ 4,7 bilhões no ano passado) e está na expectativa de uma fase de crescimento acelerado em função da North American Free Trade Association (NAFTA).

Ótimo para o governo do presidente Carlos Salinas de Gortari. Mas copiar servilmente o mesmo modelo seria não apenas falta de

imaginação, mas desconhecimento da realidade brasileira. Em primeiro lugar, as negociações externas de nosso governo devem ser aprovadas pelo Senado Federal e há preceitos constitucionais a condicioná-las.

Além disso, com um robusto saldo comercial, que pode chegar a US\$ 16 bilhões neste ano, e com uma significativa entrada de capitais externos (US\$ 2,955 bilhões no primeiro quadrimestre de 1991), a posição do Brasil na mesa de negociações não é tão débil como se quer fazer crer. O País está, sim, em pleno processo de abertura externa, com remoção de entraves às importações e ao ingresso de investimentos do exterior, mas, simultaneamente, o governo cuida de reordenar a economia através de um controle rigoroso dos gastos públicos. O País, em conseqüência, não pode adotar nenhum esquema que desvincule a capacidade externa de pagamento da condução correta das políticas monetária e fiscal. A aceitação de qualquer outro conceito seria, infelizmente, retornar a um passado que não evoca boas recordações aos cidadãos responsáveis.